

Aula 7

A COLONIZAÇÃO DE SERGIPE: HISTÓRIAS...

META

Demonstrar como o processo historiográfico é um exercício de aplicação do historiador, pois as informações não chegam ao seu conhecimento por acaso.

OBJETIVOS

Ao final desta lição, o aluno deverá: saber como se faz um procedimento de registro historiográfico.

PRÉ-REQUISITOS

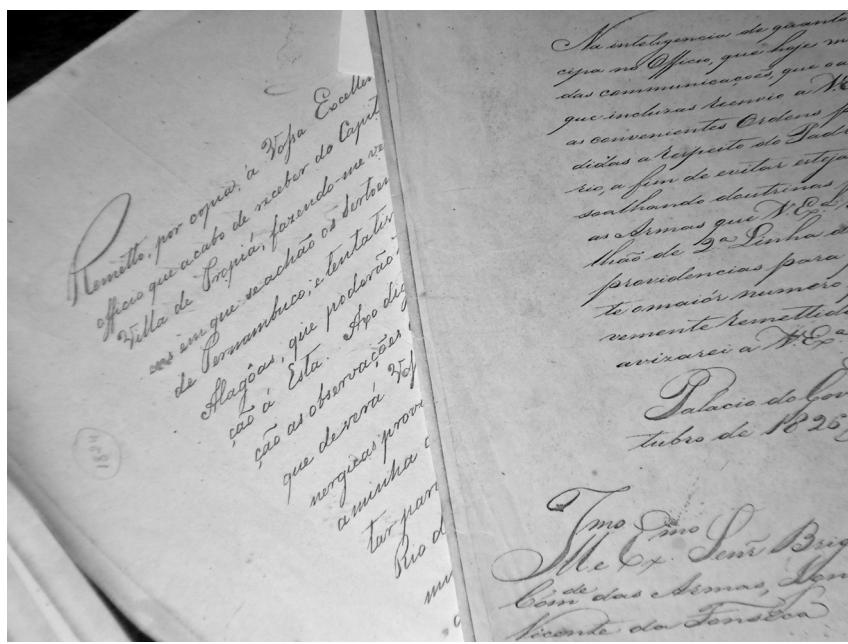
Ter assimilado o conteúdo das aulas 01 a 06.

Antônio Lindvaldo Sousa

INTRODUÇÃO

Você sabia que as escolhas dos fatos, dos sujeitos e das fontes para a História escrita não é uma decisão aleatória do historiador? Recorda o que escrevemos na 1^a, 2^a e 3^a. aulas? Um pesquisador, perscrutando documentos em um arquivo não pode esperar pela boa sorte ou uma ajuda espiritual para que apareça uma fonte importante que venha esclarecer o seu tema. Marc Bloch aconselha os neófitos na pesquisa fazendo a seguinte declaração:

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Suas presenças ou ausências em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não se escapam de modo algum a análise, e os problemas que a sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações (BLOCH, 2001, p. 83).



Manuscrito do acervo do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica da UFS.

HISTÓRIAS...

As reflexões de Bloch são pertinentes para o que queremos entender sobre a história escrita, sobre histórias que nos contam os livros didáticos. O que ensinar em sala de aula deve ser também uma decisão do professor de História. Qualquer texto de um livro didático foi escrito por alguém que, de igual forma, tomou decisões.

Em 1993, no nosso trabalho Em nome do progresso: ordem e rebeldia no emergente processo urbano-industrial de Aracaju (1910-1930), no capítulo denominado Por uma melhoria do Jeca Tatu., incluímos o livro didático Meu Sergipe, de **Elias Montalvão**, como parte integrante de mecanismo sutis da construção de um novo modelo de ser sergipano, no incipiente processo urbano-industrial de Aracaju, nas primeiras décadas do século XX.

Elias Montalvão ao publicar seu livro, agia como homem de carne e osso diante de suas concepções e incertezas em seu tempo.

Você deve estar curioso para saber por que publicou esse livro didático. Mas antes disso, entendamos o “tempo” de Montalvão. A cidade de Aracaju passava por mudanças no seu aspecto físico e, de igual maneira, uma elite escolarizada planejava a transformação do homem comum pobre através da escola.

O ideal de escolarização em massa da população pobre ocupou espaços nas comemorações no 01 de maio, dia do trabalhador, nas palestras do Centro Operário, nas reuniões ordinárias do Instituto Histórico e Geográfico, nas assembléias dos sócios das fábricas de tecidos e na Assembléia Legislativa do Estado. Em todos estes lugares era unânime a necessidade de elevar o indivíduo do seu “mundo de mediocridade”, do seu “terreno de obscuridade”. Talvez as perguntas mais comuns entre os que defendiam a transformação do “homem pobre” fossem: Existe coisa mais significativa e comovente do que elevar-se o homem do nada pela conduta, pela aplicação além do que lhe deu origem? (...) É possível desta forma servir a terra amada que é nosso berço, que é tudo?

(...)

A idéia de proliferação de escolas nos bairros pobres era também sentida pelos empresários e os governos. Neste sentido, o projeto de alfabetização em massa da população defendida pela elite intelectual começava ser colocado em prática.

(...)

O livro didático Meu Sergipe, elaborado por Elias Montalvão, em 1916, é aprovado por unanimidade pela Congregação da Escola Normal em sessão ordinária de 01 de outubro em 1914. A referida comissão considerou

Ver glossário no final da Aula



Capa do livro didático Meu Sergipe (1916), de Elias Montalvão.

o mesmo como um trabalho original no estilo, e importante “pois transmite suavemente às crianças a História e a Chorografia de Sergipe”.

Mas o mérito não estava somente na originalidade do livro didático, não se estava aprovando o mesmo somente por ser um material alternativo aos mestres e eminentemente de fácil compreensão de leitura para os alunos, a importância do livro ia mais além do que isto. Ele era a “ponte” de acesso dos discursos sobre a pátria, o trabalho e as leis que estavam circunscritos as poucas pessoas nas sessões do Instituto Histórico e Geográfico, da Assembléia Legislativa do Estado, das fábricas de tecidos, do Centro Operário Sergipano. Sobre a importância do livro didático a referida comissão, assim, se expressou:

“Em estilo puramente sintético, é muito acessível à compreensão dos alunos do curso primário. Não é somente importante o livrinho em questão: é também patriótico, portanto incute, de modo fácil, aos alunos sergipanos os principais conhecimentos históricos e chorográficos de sua pátria; e facilitar às crianças o conhecimento da história pátria é incitá-las ao sentimento sublime do Patriotismo” (SOUZA, 1993, p. 54-64).

Destaquemos a última frase do texto acima “facilitar às crianças o conhecimento da história pátria é incitá-las ao sentimento sublime do Patriotismo”. A intenção de Montalvão está bastante explícita: a pátria tem heróis e é necessário incutir esses homens ilustres no dia-a-dia das aulas de história.

Será que este tipo de abordagem didática não é a mesma ainda presente naqueles que ainda procuram resgatar a memória dos grandes homens de Sergipe, como vimos na aula 3?

Faça sempre essa correlação de um texto com o outro ao longo das nossas aulas. Desta forma você estará estudando a história com mais reflexão e evitando decorar datas, nomes e fatos da história. Deixemos você mesmo responder à pergunta que fizemos agora.

Voltemos ao texto Meu Sergipe, de Elias Montalvão. O primeiro capítulo desse livro didático dedica-se às capitâncias hereditárias, situando Sergipe como pertencente à capitania de Francisco Pereira Coutinho. Vejamos na íntegra esta primeira lição.

A herança

Um pai deu a seus filhos umas terras para cultivarem.

Aconteceu que um deles foi cruelmente devorado por animais ferozes. À vista disto, ficou na posse das terras deixadas pelo infeliz um seu filho. Este, por não saber dirigir a herança, a vendeu ao seu avô que continuou a dominar as terras, como dantes.

Foi assim, meus meninos, que o Rei de Portugal, D. João III, em 05

de abril de 1534, fez doação de 50 léguas de terras, contadas desde a ponta da baía de Todos os Santos até a foz do rio S. Francisco, ao fidalgo Francisco Pereira Coutinho que, coitado, foi devorado pelos Índios Tupinambá.

E por haver assim desaparecido o donatário, ficou na posse das terras o seu filho Manoel Pereira Coutinho que, por não dispor de elementos necessários, cedem à coroa as ditas 50 léguas de terras doadas, nas quais estava incluindo o território sergipano". (MONTALVÃO, 1916, p. 15-16).

Vamos refletir em torno das duas frases que grifamos do texto acima.

A primeira "...cruelmente devorado por animais ferozes..."

A segunda "...coitado, foi devorado pelos Índios Tupinambá".

Você é capaz de interpretar as frases acima. Reflita: o que o autor quis dizer com "animais ferozes" que "cruelmente devorou" o donatário Francisco Pereira Coutinho? "Animais ferozes" seriam os índios?

A segunda frase acima nos faz crer que sim. Coutinho foi devorado pelos índios tupinambá. O autor associa os primeiros habitantes do Brasil como bárbaros, devoradores. O fidalgo Coutinho como "coitado".

A gravura, presente nesta primeira lição de Montalvão, reforça mais ainda essa ideia de que os índios são "animais ferozes" e os colonizadores são "coitados". Reproduzimos ao lado essa gravura para melhor compreender o que estamos interpretando sobre a imagem que o livro didático de Montalvão expõe dos nossos primeiros habitantes – os índios – e dos colonizadores, igualmente chamados de "primeiros habitantes".

Pensemos mais ainda sobre a imagem de Coutinho representada pelo texto e a imagem da gravura. Veja que ele é apresentado como "indefeso" envolto pelos considerados "animais". O colonizador configura-se como "coitado" porque o autor acredita que a ação desse colonizador era de um fidalgo destemido, cuja missão era de trazer o "progresso" ao "lugar". Atente para a seguinte relação: se os índios são "animais selvagens" o outro, o "colonizador indefeso", é o "civilizador".

É uma apologia à cultura do outro, o fidalgo, português, europeu. Montalvão faz proselitismo da valorização da cultura que vem do "além mar". Em outras palavras, queremos dizer que ele defende a dominação das terras por parte dos donatários e considera que os legítimos donos, os portugueses, é que deveriam aprisionar ou matar os animais, os nossos primeiros habitantes. O autor talvez desejasse que o desenho na gravura pudesse ser

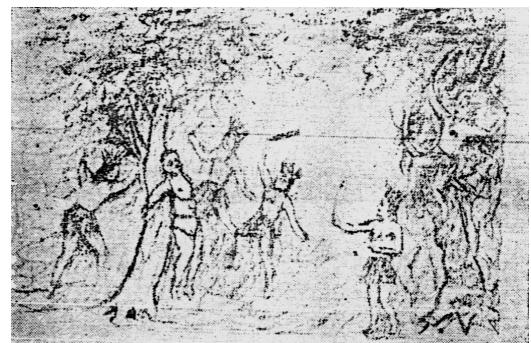


Ilustração do livro Meu Sergipe (1916), de Elias Montalvão.

outro: no lugar de Coutinho, deveriam estar os “animais” aprisionados.

Se a gravura talvez tivesse sido outra, segundo nossa interpretação, da perspectiva de Montalvão, como os índios poderiam ser vistos? Como coitados e vítimas dos soldados do **fidalgo** Coutinho? Este colonizador seria “animal”, “selvagem”?

Ver glossário no final da Aula

Como afirmamos acima, sua posição era a favor da colonização do Brasil – especificamente de Sergipe - pelos portugueses.

Retornemos à gravura apresentada pelo manual didático. Atentemos mais ainda, de igual maneira, para a frase do texto “cruelmente devorado”. Você não faria uma leitura diferente da gravura e do texto do autor? No lugar de selvagens canibais, não compreenderia que se trata de uma fúria dos primeiros habitantes do Brasil contra o invasor donatário Coutinho? Não seria uma atitude de defesa do território? Aguardemos um pouco esta reflexão. Em outra aula iremos retomar essa questão do uso da violência por parte dos tupinambá.

Vamos, agora, retomar o texto acima de Montalvão para apreendermos outros aspectos do domínio luso sobre os primeiros habitantes e as terras de Sergipe.

Montalvão escreveu no texto um trecho que consideramos importante na análise introdutória que estamos fazendo da colonização de Sergipe por parte dos portugueses. Repetimos um dos enunciados:

E por haver assim desaparecido o donatário, ficou na posse das terras o seu filho Manoel Pereira Coutinho que, por não dispor de elementos necessários, cede à coroa as ditas 50 léguas de terras doadas, nas quais estava incluído o território sergipano” (MONTALVÃO, op. cit.).

Observe que o autor diz que o filho de Coutinho, Manuel Pereira Coutinho, não tendo condições de continuar na administração da capitania da Bahia, cede as 50 léguas de terra doadas, onde estava incluído Sergipe. É importante destacarmos que Sergipe pertencia à capitania da Bahia, do domínio de Coutinho pai, e passa para outro, o rei de Portugal, apresentado por Montalvão de forma didática como “avô”.



Telas em exposição no Museu do Homem Sergipano. (à esq.) Xocó. Óleo sobre eucatex. Elias Santos, 1996. Acervo Museu do Homem Sergipano; (à dir.) Xocó. Óleo sobre eucatex. Bené Santana, 1996. Acervo Museu do Homem Sergipano.

Assim, o texto nos informa parte da situação do território sergipano após a distribuição das capitâncias hereditárias, pós 1530. Esse território estava nas mãos novamente do “El Rey” de Portugal.

A conquista definitiva de Sergipe só vai ocorrer noventa anos depois da chegada dos portugueses ao Brasil, através de uma batalha violenta chamada “guerra justa”. Hoje não iremos aprofundar o entendimento do que foi essa “guerra justa”, que resultou na conquista de Sergipe. Deixemos para outra aula.

De 1500 a 1590, o território sergipano ainda era o território quase livre dos primeiros habitantes, os índios. Segundo alguns autores, esse território também era um espaço de pousada para outros índios que fugiam da colonização portuguesa na Bahia. Felisbelo Freire, por exemplo, fez a seguinte afirmação:

“tornou-se ponto de pousada dos selvagens que fugiam da colonização, aterrorizados dos brancos e de onde fizeram tantos males a Bahia...” (FREIRE, 1977, p. 69).

Freire se posiciona na mesma versão de Montalvão no que se refere aos índios como “selvagens”, “violentos” e “causador de males ao colonizador”. Não nos interessa novamente compreender essa abordagem. Utilizamos a frase de Freire para reforçar a informação de que o território era pousada dos índios, no sentido de “guarda”, “proteção”, sem presença do colonizador e possivelmente espaço preferencial de mais outros índios de localidades circunvizinhas onde o colonizador estava mais presente.

O território sergipano, no entanto, não estava totalmente livre do colonizador. Há registros da presença da ação de padres jesuítas desde o ano de 1575, conforme já enunciarmos em aula anterior.

A atuação dos padres jesuítas em Sergipe será assunto do tema da próxima aula. Compreenderemos também a visão de mundo, ou melhor, a cultura desses padres, situando-os nas transformações por qual passava o Velho Mundo no século XVI.

CONCLUSÃO

Como você pôde perceber, nossos historiadores escreveram os acontecimentos sempre com forte conteúdo ideológico, isto é, direcionados pela visão de que o colonizador estava correto e os habitantes nativos, verdadeiros donos da terra, estavam errados! É a velha questão da História que é sempre escrita pelos vencedores.



RESUMO

O que você viu, basicamente, nesta aula, foi que a história de um povo não é escrita simplesmente dependendo do humor ou da visão de mundo do historiador. Na verdade, ele sofre influência de todo um contexto exclusivo do entendimento do que é História e para que serve. O elucidativo texto *A herança*, de Elias Montalvão, do livro *Meu Sergipe*, demonstra a forma como a história oficial é escrita, privilegiando determinados sujeitos da história como “civilizados” e outros como “bárbaros”.



ATIVIDADES

Com a ajuda do seu professor tutor pesquise no site da BICEN-UFS (<http://www.biblioteca.ufs.br/>) trabalhos acadêmicos sobre o livro *Meu Sergipe*, de Elias Montalvão. No seu blog cite textos com fatos sobre a discussão do livro didático.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Trad. André Telles, Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- CASTRO, Hebe Maria Matos. **O ensino de História e a luta contra a descriminação racial no Brasil**. In: ABREU, Martha; SOIHET Rachel (Org). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- FERRERO, Marc. **Como se cuenta la historia a los niños en el mundo entero**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1990.
- FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2 ed., Petrópolis: Vozes/Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977
- MONTALVÃO, Elias. **Meu Sergipe**. Aracaju: Impressa Oficial, 1916.
- SOUZA, Antônio Lindvaldo. **Em nome do progresso e da liberdade: “ordem” e “rebeldia” no emergente processo urbano-industrial de Aracaju (1910-1930)**. Aracaju. Monografia de conclusão do curso de especialização em Estado e Sociedade no Nordeste/UFS, 1993.

GLÓSSARIO



Elias Montalvão: Dentista e historiador sergipano (1873-?). Colaborou, em 1890, na Gazeta de Domingo. Fundador de O Caixeiro, de Aracaju. Desconhece-se a data de falecimento. Autor de Limites Sergipe-Bahia (1918).

Fidalgo: Homem nobre, por descendência ou por mercê régia. Adj. Que tem modos de fidalgo; nobre, generoso.